

CORREIO POLÍTICO

Valter Campanato/Agência Brasil



Oposição pode trazer problemas para Lula e o STF

Alertas e alentos das últimas pesquisas

O quadro com o panorama das eleições nos estados para governador e senador traz tanto alertas como alentos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o Supremo Tribunal Federal (STF) no momento em que se avizinha uma possível intensificação no ano que vem da disputa entre os poderes. As investigações que vêm sendo feitas a mando do ministro do STF Flávio Dino sobre irregularidades no uso de emendas ao orçamento e cotas de gabinete pelos parlamentares acirram a crise na República. E podem pegar também o governo, porque muitos deputados e senadores desconfiam que possa haver o dedo dele nas apurações – já que Dino foi seu ministro da Justiça.

PL cresce, mas nem tanto

A razão das dores de cabeça é que o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro irá crescer. Mas talvez não cresça o suficiente para obter no Senado a maioria que desejava para aprovar impeachment de ministros do Supremo. Porque tudo dependerá também de outros partidos do campo conservador que também deverão eleger grande número de senadores. A começar por União Brasil e PP, agora unidos em federação.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Haddad pode se eleger senador em São Paulo

Como fará o campo conservador?

Quando formaram a União Progressista, os dois partidos disseram que iam fazer oposição a Lula. Mas o PP não entregou seu ministério e a presidência da Caixa. E o União, depois de expulsar Celso Sabino dos seus quadros, agora quer o Ministério do Turismo de volta, indicando um possível recuo. Com que disposição virão, então, os possíveis sete senadores do PP e os eventuais cinco do União? E como se comportarão os oito possíveis nomes eleitos para o Senado pelo PSD de Gilberto Kassab? Ele irá para a oposição? Ficará no governo?

Mais de 30 investigados

No caso dos riscos para o Supremo, o que pode acontecer é que o grau de insatisfação ultrapasse uma questão governo/oposição para virar uma defesa corporativa. No momento, as investigações movidas a pedido de Flávio Dino já teriam como alvo mais de 30 parlamentares. De variados partidos. No Congresso, repete-se que ele se move contra algo que teria virado prática generalizada.

POR
RUDOLFO LAGO

Fachin

O risco, então, está numa possível união do Centrão, que reúne os insatisfeitos com as apurações de Dino, para articular uma reação. Como já dissemos por aqui, não é por outra razão que o presidente do STF, Edson Fachin, tenta articular a criação de um código de ética para os tribunais superiores.

Esqueletos

Fachin sabe que amplificada a insatisfação do Congresso com a atuação do Supremo, vai se amplificar também a busca pelos esqueletos da Corte. E Fachin sabe que eles existem. É a partir desses esqueletos que pode se consolidar a argumentação para um eventual processo de impeachment.

Alentos

De qualquer modo, o quadro das pesquisas aponta também para alguns alentos para o governo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, estado que nos últimos anos tornou-se majoritariamente conservador, a ex-deputada Manuela D'Ávila (Psol) aparece com boa chance de se eleger senadora.

Haddad

Em São Paulo, onde Tarcísio de Freitas (Republicanos) lidera para o governo, caso não saia para presidente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lidera para o Senado caso entre nessa disputa. Ele aparece com mais intenções de voto que o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL), que poderia vir a ficar com a segunda vaga.

Eduardo

Eduardo Bolsonaro foi casado pela Câmara por faltas. Nessa hipótese, ele não perde, então, os direitos políticos. Isso se não vier a ser condenado pelo Supremo, já que há uma ação aberta contra ele por suas ações na tentativa de fazer com que o governo Donald Trump pressionasse a justiça brasileira.

Nordeste

E alguns estados do Nordeste continuam mostrando a força do governo. Em Pernambuco, onde deve ser eleito governador o prefeito do Recife, João Campos (PSB), lidera para novo mandato o senador Humberto Costa (PT). O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT) é nome cotado para uma vaga na Bahia.



Período legislativo será atípico devido a ano eleitoral

Segurança é prioridade do Congresso para 2026

Destaques para PL Antifacção e PEC da Segurança Pública

Por Beatriz Matos

O Congresso Nacional encerrou as atividades na semana passada após aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, com R\$ 6,5 trilhões em despesas, mas deixou pendentes projetos que devem virar prioridade em 2026, como o Projeto de Lei (PL) Antifacção e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O Senado também precisará sabatinar o advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa é que essas matérias avancem no primeiro semestre de 2026, ano atípico por conta do calendário eleitoral.

O PL Antifacção, enviado pelo Poder Executivo para endurecer o combate ao crime organizado, foi aprovado no Senado em 10 de dezembro, sob relatoria de Alessandro Vieira (MDB-SE). Com as alterações no parecer, o texto volta à Câmara para nova deliberação. Considerada prioridade do governo, a proposta reforça a tipificação e o tratamento penal de facções, eleva penas para lideranças e para crimes cometidos “a serviço” da organização e prevê integração e compartilhamento de dados para apoiar investigações e operações.

Outra pauta central é a PEC da Segurança. Apresentada pelo governo federal, a proposta busca fortalecer a coordenação nacional na área sem retirar competências de estados e municípios. O texto prevê maior integração entre as forças de segu-

rança, compartilhamento de bancos de dados, padronização mínima de procedimentos e reforço a políticas de prevenção.

Após o recesso, Lula também deve tentar destravar a indicação de Jorge Messias no Senado. A sabatina foi cancelada em 10 de dezembro pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e ainda precisa ser remarcada.

Para o cientista político Alexandre Bandeira, as pautas de segurança ganharam protagonismo após a megaoperação no Rio de Janeiro, em outubro, que deixou mais de 120 mortos, e devem seguir no centro do debate eleitoral. “[O assunto] poderá ser um dos temas de maior evidência no ano eleitoral de 2026, e, nesse ponto, nós temos dois projetos de interesse do governo federal.

Um deles é o PL Antifacção, que está, novamente, em análise na Câmara e, ainda, tem a PEC da Segurança, que também é uma proposta de meia-constituição que tem origem dentro do Executivo e que tem um impasse muito grande na discussão com o Parlamento. Essa deve ser a maior queda de braço entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, porque existe um lobby muito forte, principalmente dos governadores mais alinhados à direita brasileira, que estão alertas com relação a essa questão do esvaziamento do poder dos estados, no que tange à gestão não só da inteligência administrativa, mas também financeira do combate ao crime”, ele explicou ao Correio da Manhã.